

## Suspensão condicional da pena

↳ A suspensão condicional da pena é também chamada de sursis e é uma medida penal de natureza restritiva de liberdade de cunho repressivo e preventivo. O sursis foi criado com o objetivo de reeducar o infrator de baixa periculosidade, que comete delito de menor gravidade.

### importante

→ o sursis tem como finalidade evitar o aprisionamento daquele que foi condenado a penas de curta duração, evitando assim, o convívio em cárcere.

↳ medidas como essa surgem pl preservar a dignidade da pessoa humana, que embora tenha cometido um delito, não merece ser privada de sua liberdade,

### aplicação

: concluindo a prática da infração penal, o juiz condenará o réu e dará início à aplicação da pena, atendendo ao critério previsto no art. 68 do CP. Se o quantum total da pena se encontrar nos limites previstos pelo art. 77, o juiz deverá analisar os requisitos necessários pl conceder o sursis.

### importante

→ o juiz poderá, a qualquer tempo, de ofício, a requerimento do MP ou mediante proposta do Conselho Penitenciário, modificar as condições e regras estabelecidas na sentença, ouvido o condenado.

No Brasil, o juiz condena o réu e estipula a pena concreta, porém não a executa, suspendendo-a por determinado tempo, por ter o réu preenchido os pressupostos.

▶ o sursis é um crédito de confiança ao criminoso primário, como forma de estímulo pl que ele não volte a cometer crime.

### art. 77 CP

→ pressupostos

↳ a ausência de um dos requisitos permite que o juiz não conceda o benefício sem a necessidade de fundamentar a não concessão.

▶ será analisada a culpabilidade, a vida pregressa, os antecedentes familiares e sociais, bem como, os motivos e



circunstâncias de forma que permita a concessão do sursis.

► **revogação**: por ser uma medida condicional, pode ser revogada se não forem obedecidas as condições, nos termos da lei.

- **revogação obrigatória**: ocorre quando o indivíduo, no curso do prazo, é condenado, em sentença irrecorrível, por crime doloso; pode ocorrer também quando o beneficiário frustrar, a execução da multa e por fim, quando o condenado descumpra a condição do art. 78, § 1º CP.

- **revogação facultativa**: estão previstas no art. 81, § 1º, CP.